



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
Secretaria Municipal de Logística e Compras
Superintendência da Secretaria de Logística e Compras
Diretoria de Licitações
Gerência de Licitações
Rua Neo Alves Martins, 2597 - Bairro Zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-060 Telefone: (44) 3127-7100 - www2.maringa.pr.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO (OBRAS PÚBLICAS;EXECUÇÃO)

PREZADO LICITANTE:

Este edital traz todas as informações relevantes e regras específicas para a participação e para a condução do certame, sendo que todas as decisões serão tomadas com base no que o presente edital estabelece.

Dúvidas ou discordância serão manifestadas antes do início do certame, durante o prazo (contado em dias úteis) previsto neste Edital, bem como no Caderno de Normas Licitatórias, preferencialmente através de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a partir de um dos seguintes tipos processuais:

- Licitação: Pedido de Esclarecimento
- Licitação: Impugnação de Edital de Licitação

Subsidiariamente, pelo e-mail pedidoslicitacoes@maringa.pr.gov.br, sendo que neste caso tais peticionamentos só serão tidos como confirmados após formal e expressa confirmação de servidor da Administração.

Sobre o cadastro no SEI, maiores informações podem ser obtidas a partir do site: <https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>, ou pelos telefones: (44) 3221-1403, (44) 3221-1356, (44) 3221-1246, ou ainda, através do e-mail sei@maringa.pr.gov.br.

Consideram-se partes integrantes deste edital os seus anexos e as normas do Caderno de Normas Licitatórias referidas neste edital.

Neste sentido, não é demais orientar que é fundamental a cautelosa leitura, além do edital, dos anexos integrantes.

A minuta do contrato traz as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará a pactuação, conforme o caso. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as demais condições que regem a sua execução.

As demais informações gerais sobre definições utilizadas em certames, ritos de esclarecimentos e impugnações, análise das condições de participação e condições de julgamento das propostas e habilitação, critérios sobre a apresentação de amostras, regras de negociação, procedimentos de recursos e contrarrazões, além de outras explicações detalhadas sobre as formas de licitação, ordem das etapas, modos de disputa, critérios de julgamentos, de desempate, benefícios aplicáveis, dentre outros, podem ser encontradas no já referido [Caderno de Normas Licitatórias](#), podendo ser acessadas através de clicks nos links (identificados com o sublinhado) presentes no edital.

O Estudo Técnico Preliminar e o Anteprojeto (que incorpora o termo de referência em seu conteúdo) possui a construção de todos os elementos do presente edital e farão parte integrante deste, assim como a minuta de Contrato, a Matriz de Riscos e demais documentos essenciais ao processo licitatório.

Atenciosamente,

EDITAL DE LICITAÇÃO - LEI 14.133/2021

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

Processo Administrativo nº [01.20.00012918/2026.05](#)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. ATENÇÃO: A ÍNTEGRA DO PROCESSO LICITATÓRIO PODE SER CONSULTADA POR MEIO DO LINK APRESENTADO ACIMA, SOB O NÚMERO DO PROCESSO, OU AINDA, POR MEIO DO LINK INDICADO A SEGUIR: <https://tinyurl.com/2y2rld5u>

1.2. Unidade demandante: Prefeitura do Município de Maringá – PR (PMM), por meio da Secretaria Municipal de Obras Públicas (SEMOP); Autoridade máxima da Unidade Demandante #RESP: Roberto Petrucci Junior - Secretário Municipal de Obras Públicas. - SEMOB #SECD

1.3. Objeto do certame: Contratação integrada de empresa especializada para elaboração de projeto básico e executivo e execução das obras de **Restauração e Duplicação da Avenida Prefeito Sincler Sambatti (Contorno Sul de Maringá)** em pavimento rígido, utilizando a técnica de Whitetopping para a restauração do pavimento flexível existente. Os serviços abrangem elaboração de projetos básicos, projetos executivos, aprovações, documentação relacionada e execução da obra, conforme documentos citados no **item 9.3 - Anexos do Anteprojeto para Licitação**. De acordo com o § 3º do art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico. #OBJC

1.4. Certame não é restrito a obras, serviços ou produtos pré-qualificados, o objeto não é um produto com julgamento pelo ciclo de vida e não possui critérios de inovação ou desenvolvimento nacional sustentável #SRPQ #JPCI

1.5. **A proposta deverá ser apresentada até as 09:00 horas do dia 26/05/2026.**

1.5.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados, pelo licitante mais bem classificado, em até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

1.5.2. A solicitação dos documentos de habilitação, pelo agente ou comissão de contratação, poderá ser feita juntamente com a solicitação de proposta ajustada.

1.5.2.1. A análise da habilitação ocorrerá, contudo, após o julgamento da proposta, por obediência às fases do art. 17 da Lei 14.133/21.

1.5.2.2. Caso o licitante deixe de enviar os documentos de habilitação juntamente com a proposta ajustada, conforme solicitado pelo agente de contratação/pregoeiro, se esta for classificada, e, caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

1.6. **Data do certame e horário da disputa de lances: 09:00 horas do dia 26/05/2026.**

1.7. Prazo para solicitar [esclarecimento e impugnar](#) o edital: até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.

1.8. Valor estimado total da contratação: O valor máximo da contratação é de **R\$ 449.551.145,88** (quatrocentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e um mil cento e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). O orçamento detalhado, bem como memoriais e justificativas de cálculo para o quantitativo final, composições e demais itens pertinentes estão organizados no **Anexo D – Orçamento (SEI nº 7875125)** do Anteprojeto para Licitação. A data base e formação de preço e orçamento é de agosto de 2025 #VETC #DCFP

1.9. **Critérios para a formação de preço #CPFP**

1.9.1. **Etapas de Projetos**

1.9.1.1. Para o orçamento de projetos, foi estabelecido com base nas composições de custos publicadas pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul (DAER-RS), disponíveis em <https://www.daer.rs.gov.br/tabela-supervisao-e-projeto>. A definição dos preços unitários, por sua vez, considerou as seguintes referências e datas-base:

a) Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, oficializada pela Resolução nº. 11, de 21 de agosto de 2020, obtida por meio da internet no endereço <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa>;

b) Pesquisa de bases salariais não constantes na Tabela de referência do DNIT, registradas no banco de dados do CAGED e associadas aos respectivos números e especificações de atividades do Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBOs), publicadas para consulta no site: <https://www.salario.com.br/>;

c) Tabela de Preços Unitários de Supervisão e Coordenação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul–DAER-RS, obtida por meio da internet no endereço <https://www.daer.rs.gov.br/tabela-supervisao-e-projeto>;

d) Para os casos em que os valores de diárias compuseram os preços, os preços unitários são oriundos da tabela de valores para diárias dispostas no Decreto Estadual (PR) 6358 de 28 de junho de 2024 (Vigente), ainda vigente. Portanto, utilizados sem a necessidade de correção monetária ou reajuste;

e) Tabela de custos horários de equipamentos do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR;

f) Para os eventuais custos diversos, equipamentos de uso corrente (como computadores de uso gráfico ou do tipo 'workstation'), softwares e/ou dispositivos de uso específico, que não constem nas tabelas indicadas, os valores são obtidos a partir de detalhamento e realização de cotação em sites especializados ou fornecedores locais;

g) Nas situações em que a análise de conveniência justifica viagens de profissionais através de companhias aéreas ou viárias, a pesquisa de preços é realizada em sites especializados e sempre que possível, procurando ao menos 3 empresas/ fornecedores do serviço de transporte;

h) Para equalização dos parâmetros adotados, nos casos de divergência de datas base, aplicou-se a correção de valores pelo índice de Consultoria (supervisão e Projetos) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em sua versão publicada pelo DNIT, sendo assim todos os custos têm como data-base de referência indicada.

1.9.2. **Etapas de Obras**

1.9.2.1. A elaboração do orçamento foi conduzida com base nos parâmetros e diretrizes estabelecidos nas normas e manuais do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), bem como nas Especificações Técnicas para Apresentação de Projetos Viários e nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Nos casos em que determinadas condições não se encontravam contempladas por tais documentos, adotaram-se, de forma subsidiária, outros manuais e normativos técnicos do DER/PR. A data-base utilizada para a composição dos custos unitários é agosto de 2025, o **Índice de Consultoria (Supervisão e Projetos) da Fundação Getúlio Vargas – FGV será adotado**, ou outro que venha a substituí-lo, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, critérios vigentes para orçamentação pública no âmbito de projetos de infraestrutura rodoviária. Os memoriais, justificativas e demais documentos seguem apresentados no [Anexo 3.0 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E ANEXOS \(SEI nº 7875125\)](#).

1.10. Rito da seleção: Execução Indireta - Contratação Integrada.

1.11. **CONTRATAÇÃO.** A contratação será **GLOBAL E INTEGRADA.** O presente certame observará o regime de **execução indireta na modalidade de contratação integrada**, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, considerando a **complexidade técnica** do objeto e a necessidade de soluções integradas que envolvem múltiplas disciplinas de engenharia, interferências urbanas, infraestrutura existente e parâmetros de desempenho específicos. A opção pelo regime integrado visa: a) concentrar no contratado a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos básico e executivo, bem como pela execução integral da obra que engloba: a.1) a duplicação da Avenida Prefeito Sincler Sambatti; a.2) a restauração do pavimento existente por meio da técnica whitetopping; a.3) a implantação de pavimento rígido em concreto nas faixas de rolamento e acostamentos da pista principal; a.4) a execução das obras de arte especiais (viadutos, ponte e dispositivos em desnível) e das contenções; a.5) as passagens inferiores e os dispositivos de drenagem superficiais e profundos; b) permitir maior eficiência e inovação técnica na solução apresentada; c) viabilizar melhor alocação de riscos e redução de aditivos contratuais; c) assegurar planejamento unificado e cronograma físico- financeiro ajustado à solução proposta. O **anteprojeto de engenharia fornecido pela Administração** atende aos requisitos legais, sendo suficiente para permitir a elaboração de propostas, em conformidade com o §1º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021. A presente justificativa está fundamentada nos autos do processo administrativo correspondente. Para o objeto em questão foi definido pelo não parcelamento da contratação, visto que os projetos executivos e a execução da obra serão contratados em conjunto, buscando a celeridade na solução do problema de interesse público apresentado, conforme considerações do item 5.4 do do Estudo Técnico Preliminar (Geral) #CGOI

1.12. Forma da seleção: Eletrônica. Será adotada essa forma de seleção considerando que a Lei Federal no 14.133, de 1º de abril de 2021, prevê no § 2º do art. 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica e que a escolha por seleção eletrônica deve-se à maior abrangência de empresas interessadas em participar do processo licitatório, já que não necessita que a empresa interessada se locomova fisicamente a este Município durante a fase externa da contratação, buscando, assim, o princípio da economicidade e da competitividade. #FDSE

1.13. Local do certame: <http://comprasnet.gov.br/>

1.14. **UASG:** 987691

1.15. Número da licitação na plataforma: **90001/2026**

1.16. Critério de julgamento: **MENOR PREÇO:**

1.16.0.1. Embora o objeto da contratação envolva obras especiais de engenharia, em que o critério de julgamento das propostas deveria, preferencialmente, ser técnico e preço, entende-se que a maior parte do serviço intelectual necessário já foi desenvolvida na elaboração do anteprojeto. Além disso, os projetos básicos e executivos representam uma fração menor do valor total do contrato.

1.16.0.2. A capacidade técnica das empresas será devidamente assegurada pelas exigências de habilitação, garantindo que todos os licitantes estejam

aptos a executar o objeto conforme os requisitos estabelecidos. Essas exigências envolvem tanto a comprovação de elaboração dos projetos quanto a comprovação de execução das obras, garantindo a qualificação técnica de todos os participantes. Nesse contexto, o fator técnico não se apresenta como elemento diferenciador entre as propostas, uma vez que todas devem atender integralmente aos critérios definidos.

1.16.0.3. Considerando que a qualidade técnica está garantida pelos requisitos de qualificação e pelas especificações do anteprojeto, a adoção do critério de técnica e preço poderia introduzir subjetividade desnecessária e onerar o processo licitatório sem benefícios tangíveis em termos de desempenho da obra. Assim, a escolha pelo critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** é mais adequada, promovendo um julgamento objetivo, aumentando a competitividade e assegurando a seleção da proposta mais econômica, sem comprometer a qualidade ou o desempenho da obra. **#CDJU**

1.17. Modo de disputa e julgamento das propostas: **ABERTO E FECHADO.**

1.17.1. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do Anteprojeto para Licitação e do edital de licitação, bem como aquelas com valor global superior ao valor máximo da contratação ou com preços manifestamente inexequíveis, na forma da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.17.2. As propostas serão classificadas na ordem crescente do valor global apresentado, sendo analisada a proposta com o menor preço, conforme critérios do **item 4.9 - Apresentação da proposta** do Anteprojeto para Licitação.

I - No caso de desclassificação da primeira colocada com relação aos critérios do **item 4.9 - Apresentação da proposta** do Anteprojeto para Licitação, serão analisadas as demais propostas, na ordem de classificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis às empresas desclassificadas.

1.17.3. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço total ou global, documentação de habilitação e estrita obediência ao conteúdo do Anteprojeto para Licitação e do edital de licitação. Por razões operacionais é necessária a adjudicação de uma única licitante para a execução de todo o objeto licitado. **#MDDI #JULG #CPTÉ #PTPRO**Ordem das etapas: [rito procedimental comum](#) - (art. 17, caput da 14.133) **#ODET**

1.18. Rito procedimental comum - ART. 17 da lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.19. Será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO**.

1.19.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.19.2. Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem a parcela principal do objeto, **em até 30% (trinta por cento)**, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratado, com características semelhantes.

1.19.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, como quanto à qualidade técnica da obra e do serviço prestado.

1.19.4. Quando da subcontratação, o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidos na licitação.

1.19.5. A alteração da subcontratação habilitada durante a execução do contrato depende de autorização prévia por parte do contratante, assim, o contratado originário deve submeter à apreciação do contratante o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do pretendente subcontratado e da respectiva documentação, que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado. Caberá a fiscalização avaliar por meio de parecer técnico se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços. **#QSRS #QLDS**

2. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME

2.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado, possuindo ampla experiência técnica em obras deste porte;

2.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Maringá ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;

2.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

2.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si; e

2.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.7. **PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.** Empresas reunidas em **CONSÓRCIOS poderão** participar desta licitação.

2.7.1. **Condições para participação em consórcio**

2.7.1.1. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, contendo:

I - A designação e sua composição;

II - O empreendimento que constitui o seu objeto;

III - O compromisso de que o prazo de sua duração será, no mínimo, equivalente ao prazo de vigência contratual;

IV - O endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;

V - Indicação do percentual de participação das empresas que compõem o consórcio e definição das obrigações e responsabilidade de cada consorciada em relação ao objeto da contratação;

VI - Declaração expressa de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e ao eventual termo de contrato dela decorrente;

VII - Indicação da empresa líder do consórcio, que irá se relacionar com o contratante em nome do consórcio. São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio: ter poderes expressos para receber citação e responder judicialmente pelas demais consorciadas e ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os atos necessários;

VIII - Procuração das consorciadas outorgando à empresa líder poderes para representá-las perante o contratante, em juízo ou fora dele;

IX - Declaração expressa, firmada pelos representantes legais das empresas componentes do Consórcio de que, se vencedor desta licitação, levarão a registro na competente Junta Comercial o termo de compromisso de Constituição de Consórcio, na forma estabelecida na Lei Federal nº

6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, observadas as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.210/2011, quanto à obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), bem como o respectivo registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

X - O compromisso de que o consórcio não terá sob qualquer forma, sua composição e constituição alterada, sem anuência prévia e expressa do contratante;

XI - O compromisso de que não se constituem e nem se constituirão, para fins de consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

2.7.1.2. É vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou mais de um consórcio.

2.7.1.3. Para o atendimento das quantidades mínimas não será permitida a soma de atestados, certidões e/ou declarações de acervo técnico, exceto se executados concomitantemente, e que somados atinjam o quantitativo exigido.

2.7.1.4. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

2.7.1.5. Cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos para habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, sendo que:

I - Admite-se para efeito de qualificação técnica, concomitantemente o somatório dos quantitativos de cada consorciado, desde que esses participem da execução dos serviços em questão, conforme compromisso de constituição de consórcio; cada consorciado deverá comprovar a execução dos serviços na mesma proporção de participação na execução desse serviço no contrato, de forma que o somatório das consorciadas atenda as quantidades exigidas;

II - Não serão considerados os quantitativos para comprovação de capacidade técnico- profissional e técnico - operacional de empresa consorciada que não seja responsável pela execução do serviço correspondente no contrato;

III - Admite-se para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

2.7.1.6. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato. #CONS

2.7.1.7. **LIMITAÇÃO CONSÓRCIO. Será admitida a participação de licitantes na forma de consórcio de até 02 (duas) empresas.**

I - A permissão para a participação de empresas em consórcio visa ampliar a competitividade do certame e permitir a soma de capacidades técnicas e econômico-financeiras. Todavia, a limitação do número de integrantes a, no máximo, 02 (duas) empresas justifica-se com base no princípio da eficiência administrativa e na natureza específica da contratação integrada. A pulverização da responsabilidade contratual entre um número excessivo de consorciados tende a gerar complexidade desnecessária na gestão do contrato, dificuldades de interlocução com a fiscalização e riscos à celeridade na tomada de decisões, fatores críticos em uma obra de infraestrutura viária deste porte.

2.7.1.8. A fixação do limite em duas empresas mostra-se técnica e operacionalmente adequada ao objeto licitado, pois permite a modelagem ideal para o regime de contratação integrada: a união entre uma empresa com expertise robusta na execução de obras de engenharia civil e pavimentação e outra com expertise especializada na elaboração de projetos e soluções de engenharia, ou a união de capacidades complementares para execução e fornecimento. Permitir um número superior de integrantes poderia fragmentar excessivamente a execução dos serviços, comprometendo a sinergia necessária entre as equipes de projeto e obra, diluindo a responsabilidade solidária e elevando o risco de descontinuidade dos serviços em caso de falência ou retirada de um dos membros minoritários. Dessa forma, a limitação não visa restringir a competição, mas sim assegurar que os consórcios formados possuam solidez e integração operacional suficientes para assumir a responsabilidade integral pelo empreendimento.

2.7.1.9. **No caso de consórcio, o percentual de acréscimo no valor mínimo de capital social ou patrimônio líquido exigido para o licitante individual: #PPCO**

2.7.1.10. Conforme estabelecido no §1º e §2º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitantes na forma de consórcio deverão comprovar o patrimônio líquido acrescido de **30%** com relação ao exigido da licitante individual, apresentado no **item 4.10.1.5** do Anteprojeto para Licitação, sendo que tal exigência não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

2.7.1.11. **Comprovação de não participação de licitantes e profissionais: #CPLP** As empresas participantes e os profissionais apresentados por essas deverão atender aos critérios listados no art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e no Caderno de Normas Licitatórias (disponível em <https://www.maringa.pr.gov.br/caderno-normas-licitatorias/>). A relação de empresas e/ou responsáveis técnicos e fiscais dos estudos técnicos, projetos e orçamento está apresentada no **item 15 - Responsáveis técnicos e fiscais dos estudos técnicos, projetos e orçamento** do Anteprojeto para Licitação.

2.8. Clique neste link: [análise das condições de participação](#), para saber, em detalhes as regras da análise das condições de participação.

3. DECLARAÇÕES

3.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.

3.2. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;

3.3. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Maringá;

3.4. No quadro societário não tem nenhum integrante que seja ligado ao Prefeito, vice-prefeito, secretários ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, e estou ciente que não poderei contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta caso venha ter a referida ligação, inclusive com aqueles que deixaram tais funções nos últimos 12 (doze) meses antes da contratação, conforme determina o inciso V do art. 59 da Lei Orgânica de Maringá;

3.5. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

3.6. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas;

3.7. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

3.8. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz;

3.9. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

3.10. Comprometo-me a realizar, bem como manter ativo e atualizado o respectivo cadastro, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>);

- 3.11. Que será promovida a assinatura do respectivo instrumento (Contrato) através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no prazo de até 05 dias úteis após a convocação realizada pelo Município de Maringá;
- 3.12. **Que foi disponibilizada (pela Administração) para a licitante toda a documentação relativa ao objeto desta licitação;**
- 3.13. **Que irei dispor das instalações, dos veículos, dos equipamentos, das ferramentas, dos utensílios e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação; e**
- 3.14. **Ademais, que serão devidamente preenchidas e entregues as demais DECLARAÇÕES listadas nos Anexos (abaixo), integrantes deste Edital.**

4. PROPOSTA

4.1. **Apresentação da proposta #PROP**

4.1.1. Após a classificação das licitantes do certame, conforme descrito no **item 4.3.2.3** do Anteprojeto para Licitação a empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar a proposta, atendendo as disposições do **item 4.9 - Apresentação da proposta e seus subitens** do Anteprojeto para Licitação.

4.1.2. Será concedido o prazo de **72 (setenta e duas) horas** para apresentação da proposta, sendo que esse poderá ser prorrogado por mais **72 (setenta e duas) horas** por solicitação da empresa, com a aprovação do contratante. Caso não haja manifestação da licitante classificada solicitando a prorrogação do prazo inicial ou caso não seja apresentada a documentação solicitada, dentro do prazo inicial ou de eventual prorrogação, a empresa será desclassificada do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo convocada a próxima empresa, na ordem de classificação citada no **item 4.3.2.3** do Anteprojeto para Licitação.

4.1.3. O licitante que apresentar proposta com erros ou falhas diante das regras estabelecidas no edital de licitação, poderá ter a oportunidade de sanear o erro da proposta, desde que não seja alterada a sua substância, nem que seja majorado o valor proposto pelo licitante ao final do certame. Será desclassificada a proposta que, depois de dada a oportunidade de saneamento, permanecer em desacordo com o estabelecido no edital de licitação, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório para apuração de infração, caso esteja enquadrada em uma ou mais condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

4.2. **Proposta de Preços: #PRPR**

4.2.1. Deverão ser apresentados assinados pelo responsável técnico da empresa classificada, conforme **item 9.3.4 - Anexo D – Orçamento (SEI nº 7875125)** do Anteprojeto para Licitação:

- I - **FOLHA RESUMO EMPRESA:** apresentar planilha de dados da empresa no formato editável e digital com assinatura;
- II - **PLANILHA EMPRESA:** apresentar planilha orçamentária para proposta da empresa no formato editável e digital com assinatura. O critério de pagamento encontra-se na minuta do contrato [SEI nº 7823579](#).
- III - **COMPOSIÇÕES EMPRESA:** apresentar planilha de composições detalhadas de preços unitários de cada item da planilha orçamentária proposta pela empresa, inclusive do ALO, no formato editável e digital com assinatura; sendo facultado à empresa apresentar apenas as composições que diferem daquelas disponibilizadas pela Administração e das constantes de bancos oficiais, conforme indicado no modelo de [DECLARAÇÃO DA PROPOSTA](#);
- IV - **INSUMOS EMPRESA:** apresentar os insumos da empresa no formato editável e digital com assinatura;
- V - **CRONOGRAMA EMPRESA:** apresentar o cronograma físico-financeiro da empresa no formato editável e digital com assinatura; no caso de empreitada por preço global, deve ser observado que o cronograma poderá ser readequado posteriormente pela empresa declarada vencedora, conforme estabelecido no **item 7.3.1** do Anteprojeto para Licitação;
- VI - **BDI GERAL EMPRESA:** apresentar planilha de composição detalhada do BDI Geral da empresa no formato editável e digital com assinatura;
- VII - **BDI DIFERENCIADO EMPRESA:** apresentar planilha de composição detalhada do BDI Diferenciado da empresa no formato editável e digital com assinatura;
- VIII - **ENCARGOS SOCIAIS EMPRESA:** apresentar planilha de composição detalhada dos Encargos Sociais da empresa no formato editável e digital com assinatura.

4.2.2. Para a elaboração da proposta de preços, devem ser observados os **itens 4.9.5 - Disposições gerais referentes à proposta de preços** e **4.9.6 - Critérios para detalhamento das composições** do Anteprojeto para Licitação.

4.3. **Documentos a serem apresentados:** Deverão ser apresentadas, junto ao contido no **item 4.9.4 - Proposta de preços** do Anteprojeto para Licitação, os documentos listados a seguir, sendo que as declarações deverão ser apresentadas conforme modelos disponibilizados no edital de licitação:

- I - [DECLARAÇÃO DA PROPOSTA](#);
- II - [DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO/FOLHA DE PAGAMENTO/DATA-BASE DO SINDICATO](#) : no caso de empresa optante pelo Regime Tributário Simples Nacional, apresentar o Programa Gerador do Documento de arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D) ou Extrato do Simples Nacional, acompanhado de Declaração emitida pelo Contador da empresa, identificando em qual dos Anexos (I, II, III, IV ou V) do Regime do Simples Nacional a empresa está sujeita; #JCPR

4.4. **Disposições gerais referentes à proposta de preços**

4.4.1. Para elaboração da proposta de preços a empresa proponente deverá observar rigorosamente os documentos técnicos que embasam essa contratação. Com o intuito de padronizar a forma de apresentação das propostas, de se evitar erros no preenchimento da planilha orçamentária e de facilitar o preenchimento da mesma pelas proponentes, o contratante disponibilizou o **item 9.3.4 - Anexo D – Orçamento (SEI nº 7875125)** do Anteprojeto para Licitação no formato ".xlsx". Contudo, para preenchimento da mesma, a proponente deverá observar o que segue:

- I - Dentro da **Planilha orçamentária** existe uma aba denominada "Manual". Este Manual deve ser lido pelo licitante, pois trata-se de orientações objetivas para o correto preenchimento da planilha. Segue abaixo figura com demonstração dos documentos referentes ao orçamento que constam para preenchimento

Figura – Exemplo da aba principal da Planilha Orientativa

ORÇAMENTO ANALÍTICO			
ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO			
FOLHA RESUMO	COMPOSIÇÕES	BDI GERAL	ENCARGOS SOCIAIS
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA	COTAÇÕES PRÓPRIAS	BDI DIFERENCIADO	ENCARGOS COMPLEMENTARES
INFORMAÇÃO	CRONOGRAMA	CURVA ABC	RELAÇÃO PROJETOS

REFERÊNCIA: JUNHO 2023

ORÇAMENTO ANALÍTICO			
ORÇAMENTO - EMPRESA			
A - FOLHA RESUMO EMPRESA	B - PLANILHA SINTÉTICA EMPRESA	D - COMPOSIÇÕES	F - BDI DIFERENCIADO
MANUAL	C - CRONOGRAMA	E - BDI GERAL	G - ENCARGOS SOCIAIS

II - A **Planilha orçamentária sintética** fornecida para preenchimento da empresa encontra-se parcialmente bloqueada para edição, para que sejam evitados preenchimentos inadequados, inclusões e exclusões de linhas e/ou colunas, portanto, só poderão ser preenchidas as células correspondentes ao tipo de Regime de Pagamento, Regime Tributário, percentual de Encargos Sociais, taxas de BDI, coluna do Código da Empresa para cada serviço da planilha e coluna do Preço Unitário e Preço Total da proponente;

III - Toda e qualquer operação numérica envolvendo multiplicação na proposta de preços, deverá ser apresentada obrigatoriamente em algarismos arábicos, grafados sob forma decimal e somente com até 02 (dois) dígitos após a vírgula, unitário e total, com nível de precisão "truncar" (função correspondente ao software Microsoft Excel), desprezando-se as cifras significativas posteriores a fim de evitar possíveis erros de arredondamentos;

IV - No orçamento sintético, a proponente não poderá propor preço global ou preço(s) unitário(s) superiores aos estabelecidos no orçamento de referência pelo contratante, sob pena de desclassificação da proposta.

4.4.2. Observadas as disposições contidas neste item, a empresa proponente deverá apresentar um orçamento com o preço final contendo valores para todos os itens especificados no orçamento de referência, compreendendo especificações dos serviços, quantidades, preços unitários e globais, devidamente assinado, pelo responsável legal e por um responsável técnico (constando o nome, respectiva qualificação técnica e o número de registro no CREA/CAU).

4.4.3. Os equipamentos/veículos a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar em perfeitas condições de uso e ser objeto de seguro total contra riscos de qualquer espécie, providenciado pela empresa e todos os custos inerentes à utilização dos mesmos, tais como operador/motorista, combustível, manutenção etc., deverão estar incluídos em suas propostas.

4.4.4. Os materiais a serem empregados na execução dos serviços serão fornecidos pela empresa contratada e todos os custos de aquisição, transporte, armazenamento e utilização deverão estar incluídos nos preços unitários propostos para os diferentes serviços. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações e serem aprovados pela fiscalização.

4.4.5. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a empresa proponente:

I - Examinou criteriosamente os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;

II - Considerou que os elementos desta licitação lhe permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória, inclusive que tomou conhecimento e entende a aplicação, se for o caso, de mais de um valor de BDI no mesmo orçamento devido as diferentes alíquotas de ISS para cada serviço a ser executado, conforme orientação da Secretaria Municipal de Fazenda;

III - Adotou alíquotas dos impostos conforme legislação vigente e regime tributário a que pertence, considerou conforme opção a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), Lei Federal nº 13.161, de 31 de agosto de 2015;

IV - Incluiu nos preços ofertados, todas as despesas dos serviços e encargos a seguir relacionados, quando existirem: todos os materiais, insumos, equipamentos, veículos e ferramentas, controle tecnológico de qualidade e testes dos serviços que forem necessários, mão-de-obra especializada que se fizer necessária, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, da responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e outros.

4.4.6. A proposta terá prazo de validade de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da data estabelecida para abertura das propostas. Decorrido esse prazo, sem que haja convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021). #VMIP

4.4.7. Em **casos excepcionais**, a comissão de contratação poderá solicitar às empresas licitantes uma prorrogação específica no prazo de validade das propostas. A solicitação e as respostas deverão ser formuladas por escrito. No caso da proponente recusar-se a estender o prazo de validade de sua proposta, a mesma será rejeitada. Caso a proponente concorde com a dilação do prazo solicitado, não será permitido modificar a respectiva proposta, nem ser motivo para arguir futuramente qualquer alteração de preços. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do Anteprojeto e do edital de licitação, bem como aquelas com valor global superior ao valor máximo da contratação ou com preços manifestamente inexequíveis, na forma da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.4.8. As propostas serão classificadas na ordem crescente do valor global apresentado, sendo analisada a proposta com o menor preço, conforme critérios do **item 4.9 - Apresentação da proposta** do Anteprojeto, observado ainda os casos de enquadramento como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

I - No caso de desclassificação da primeira colocada com relação aos critérios do **item 4.9 - Apresentação da proposta** do Anteprojeto, serão analisadas as demais propostas, na ordem de classificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis às empresas desclassificadas.

4.4.9. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço total ou global, documentação de habilitação e estrita obediência ao conteúdo do Anteprojeto e do edital de licitação. Por razões operacionais é necessária a adjudicação de uma única licitante para a execução de todo o objeto licitado.

4.4.10. Com fundamento no art. 59, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, será considerada presumivelmente inexequível a proposta que apresentar valor global inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. Nestes casos, todas as licitantes nessa condição serão convocadas simultaneamente a apresentar, por meio da comissão de contratação, comprovação da viabilidade econômico-financeira da proposta, mediante

apresentação, no prazo de 24 horas (prorrogável por igual período), dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros que a comissão julgar necessários:

- I - Planilhas de composição de custos unitários, com memória de cálculo detalhada dos preços ofertados;
- II - Descrição da metodologia executiva ou tecnologias construtivas que resultem em economia comprovada de tempo ou recursos;
- III - Comprovação de condições operacionais diferenciadas, como: disponibilidade prévia de insumos, frota ou equipe própria, localização privilegiada, entre outros;
- IV - Notas fiscais recentes ou documentos equivalentes, que demonstrem fornecimento ou execução anterior de objeto similar com valores compatíveis aos ofertados;
- V - Atestados de execução de obras ou serviços similares realizados nos últimos 12 (doze) meses, que comprovem a viabilidade dos valores ofertados;
- VI - Outras justificativas técnicas ou econômicas, desde que aptas a comprovar a exequibilidade, especialmente nos casos em que não for possível entregar um ou mais dos itens citados anteriormente.

4.4.11. A documentação referida deverá ser apresentada conjuntamente com a proposta de preços, quando esta se enquadrar na hipótese de valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do orçamento estimado pela Administração.

4.4.12. A ausência de entrega no prazo fixado, ou a apresentação de justificativas consideradas insuficientes pela Administração, implicará na desclassificação da proposta, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.13. A exigência de comprovação de exequibilidade não se confunde com a obrigação do §5º do art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021, que permanece restrita ao licitante vencedor, para reelaboração e apresentação das planilhas finais (quantitativos, custos unitários, BDI e ES) adequadas ao valor final da proposta vencedora.

4.5. Critérios para detalhamento das composições

4.5.1. Composições de preço unitário

I - A licitante deverá apresentar as composições detalhadas de todos os serviços constantes no orçamento sintético de referência cujas composições diferirem daquelas publicadas pela Administração ou constantes de bancos oficiais, conforme aba "**COMPOSIÇÕES EMPRESA**" da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.4 - Anexo D – Orçamento (SEI nº 7875125)** do Anteprojeto para Licitação.

II - Na composição detalhada de preços unitários a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, bem como coeficientes de produtividade, de consumo, de aproveitamento e seus respectivos valores.

III - Os coeficientes de consumo e produtividade apresentados devem considerar o tempo necessário para execução do respectivo serviço no caso da mão de obra, bem como a quantidade suficiente de consumo de materiais, capaz de permitir a exequibilidade do serviço.

IV - Toda e qualquer operação numérica envolvendo multiplicação nas composições detalhadas de preços unitários, deverá ser apresentada obrigatoriamente em algarismos arábicos, grafados sob forma decimal e somente com até 02 (dois) dígitos após a vírgula, unitário e total, com nível de precisão "truncar" (função correspondente ao software Microsoft Excel), desprezando-se as cifras significativas posteriores, a fim de evitar possíveis erros de arredondamentos. Quanto aos coeficientes de consumo que representam a fração da unidade do serviço/insumo, estes são livres de limitação para casas decimais.

V - Nos valores apresentados deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, bem como impostos, taxas, fretes, seguros e outros.

VI - O valor total de cada composição deve ser exatamente igual ao valor de cada serviço correspondente na **Planilha orçamentária sintética**.

VII - Não se admitirá, nas composições, valores identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

4.5.2. Composição de BDI geral e BDI diferenciado

I - A licitante deverá apresentar as composições detalhadas de todos os BDI constantes no seu orçamento, conforme abas "**BDI GERAL EMPRESA**" e "**BDI DIFERENCIADO EMPRESA**" da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.4 - Anexo D – Orçamento (SEI nº 7875125)** do Anteprojeto para Licitação.

II - Para compor seu BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, para obras e serviços de engenharia e arquitetura e para fornecimento de materiais e equipamentos, este último quando utilizado, a licitante deverá levar em consideração que somente será admitido em sua composição exclusivamente os seguintes itens:

- a) Administração Central;
- b) Seguro e Garantia;
- c) Risco;
- d) Despesas Financeiras;
- e) Lucro;
- f) Tributos (COFINS, PIS, ISS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, conforme o caso).

III - As incidências por item componente do BDI devem observar o disposto abaixo:

Tabela 03 – Composição do BDI

ITEM COMPONENTE DO BDI	%
Administração Central	variável
Seguro e Garantia	variável
Risco	variável
Despesas Financeiras	variável
Lucro	variável
Tributos	conforme regime tributário
COFINS	conforme regime tributário
PIS	conforme regime tributário

ISS	conforme regime tributário
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	conforme regime tributário

IV - Adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS (Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário).

V - Atentar para a ocorrência de alíquotas diferenciadas do ISS para os serviços que compõem o orçamento básico, principalmente para itens referentes à materiais e equipamentos de natureza específica fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representam percentual significativo do preço global da obra. Para estes, deve resultar percentuais de BDI igualmente diferenciados que deverão ser aplicados. Os itens com BDI diferenciado estão indicados na **Planilha orçamentária sintética** do orçamento de referência da licitação.

VI - A empresa também deve levar em consideração o regime tributário a que está enquadrado e, caso solicitado, deverá comprovar sua situação através do Contrato Social ou documento equivalente e apresentar consulta da Situação Cadastral da Secretaria Municipal de Fazenda.

VII - Adotar na composição do BDI, as alíquotas do PIS e COFINS observando o regime tributário da empresa. O regime de incidência cumulativo é aplicável aos empreendimentos que se enquadram no conceito de "obras de construção civil" com percentuais de **3,00%** e **0,65%** respectivamente (Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário), com exceção para as empresas optantes pelo regime fiscal do Simples Nacional.

VIII -As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais (EFD-Contribuições) comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos últimos **12 (doze) meses** dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e Lei Federal nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

IX - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

X - Se a empresa for Simples Nacional, deverá apresentar a DEFIS (declaração enviada para a Receita Federal) para que a comissão verifique se as alíquotas de ISS, PIS e COFINS, informadas na composição do BDI, são de fato as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher.

XI - As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária vigente.

XII - Os custos relativos a administração local, mobilização, desmobilização, instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, poderão ser incluídos na composição do BDI.

XIII -Os tributos considerados de natureza direta e personalista, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 (Súmula nº 254 do Tribunal de Contas da União - TCU).

4.5.3. **Composição de encargos sociais**

I - A licitante deverá apresentar a composição detalhada dos Encargos Sociais da sua empresa, conforme aba **"ENCARGOS SOCIAIS EMPRESA"** da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.4 - Anexo D – Orçamento (SEI nº 7875125)** do Anteprojeto para Licitação.

II - Na composição dos Encargos Sociais a licitante deverá considerar que as tabelas a serem apresentadas, tanto para horista quanto para mensalista, devem estar em consonância com o próprio Regime Tributário e com a legislação vigente.

III - Como a Lei Federal nº 13.161, de 31 de agosto de 2015, faculta a opção quanto aplicação da desoneração da Folha de Pagamento, para formulação da proposta, a licitante deverá optar por um dos regimes de recolhimento previdenciário previstos no citado diploma legal.

IV - Para as empresas não optantes pela desoneração da folha de pagamento, estas deverão incluir na composição dos Encargos Sociais a alíquota de INSS, em consonância com a legislação vigente.

V - Os custos dos Encargos Sociais e trabalhistas, conforme legislação em vigor, deverão ser expressos como um percentual incidente sobre os salários.

VI - A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE etc), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.4. **Das possíveis correções no orçamento**

4.5.4.1. A planilha orçamentária sintética, as composições de BDI, de encargos sociais e de preços unitários da empresa classificada serão objeto de análise pela Unidade Técnica de Análise da SEMOP (UTA-UT), conforme disposições da [Portaria nº 44/2022-SECSEMOP](#), de 06 de setembro de 2022; da [Portaria nº 51/2022-SECSEMOP](#), de 30 de novembro de 2022; e da [Portaria nº 55/2022-SECSEMOP](#), de 20 de dezembro de 2022.

4.5.4.2. A unidade técnica poderá, se for o caso, sugerir adequações das composições, desde que não altere o valor global da proposta de preços da licitante, ou solicitar esclarecimentos/justificativas para possibilitar a manutenção da composição. Somente será aceita alteração para menor do valor global da proposta, observado o princípio da economicidade.

4.5.4.3. Serão passíveis de correções as composições do BDI e dos encargos sociais que se enquadrarem nas seguintes situações:

I - Erro de algoritmo de cálculo, que compreende a sequência finita e ordenada de instruções, ou seja, cálculos aritméticos nas fórmulas pré-estabelecidas tanto da composição dos encargos sociais como na fórmula do BDI;

II - Irregularidade formal na proposta classificada que, por sua irrelevância não gera nulidade, se a irregularidade praticada pela licitante classificada a ela não trazer vantagem, nem implicar em desvantagem para as demais participantes, não resultando assim em ofensa à igualdade; se o erro apontado não interfere no julgamento objetivo da proposta e se não se vislumbra ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública (Recurso Ord. em Mandado de Segurança nº 23.714-1/DF, da 1ª Turma do Sistema Tribunal Federal - STF, em 05 de setembro 2000).

4.5.4.4. Fica estabelecido o máximo de **03 (três) diligências** pela Unidade Técnica de Análise da SEMOP (UTA-UT), com o objetivo de solicitar adequações, informações e esclarecimentos. Persistindo as inconsistências na proposta haverá adequação de ofício pela Administração, conforme composições próprias, sem prejuízo de assunção da responsabilidade pela licitante e multa no valor de **1% (um por cento)** do valor da proposta.

4.5.4.5. Como condição para homologação do certame e adjudicação do objeto à empresa classificada, caso sejam constatados erros nas composições apresentadas, esses deverão ser corrigidos pela empresa, nas condições já elencadas neste item.

I - A proposta corrigida, em conformidade com os apontamentos da UTA-UT, deverá ser apresentada conforme disposto no **item 4.9.4 - Proposta de preços e seus subitens** do Anteprojeto para Licitação.

4.5.4.6. Havendo erros que não admitam correções nos termos deste item, a proposta será desclassificada. A negativa de aceite das correções supletivas realizadas de ofício pela Administração, de que trata o **item 4.9.7.3** do Anteprojeto para Licitação, caracterizará recusa ou desistência da proposta por parte da licitante, com incidência da penalidade de multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor da proposta.

4.5.4.7. Neste caso, serão convidados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do primeiro classificado, concedendo-se o prazo de **05 (cinco) dias corridos** para apresentação das composições de BDI, encargos sociais e preços unitários,

devidamente ajustados, nos termos dos valores do primeiro classificado e nos moldes estabelecidos no Edital, até que a proposta seja considerada correta e válida, para posterior homologação, conforme art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista será realizada consulta às informações disponíveis no SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:

- 5.1.1. contrato social ou instrumento equivalente;
- 5.1.2. regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;
- 5.1.3. regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;
- 5.1.4. regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;
- 5.1.5. regularidade perante a fazenda municipal de Maringá/PR;
- 5.1.6. regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e
- 5.1.7. regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

5.2. Para fins de regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitos os documentos que tiverem dentro da validade nas seguintes datas:

- a) da consulta ao SICAF; ou
- b) da consulta nos portais de consulta pública; ou
- c) da convocação pelo agente de contratação.

5.3. **Qualificação técnica:**

5.3.1. **Registro em entidade profissional:**

I - Será demonstrado por meio da Certidão de registro no Conselho Regional Competente, comprovando a regularidade **da licitante e dos profissionais** a ela vinculados para os serviços do Anteprojeto para Licitação, na forma da legislação vigente.

II - Caso a empresa licitante ou o responsável técnico não sejam registrados ou inscritos no Conselho Regional Competente, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes órgãos regionais por ocasião da assinatura do contrato. #ENTI

5.3.2. **Capacidade técnico-operacional:**

I - Será demonstrada por meio da apresentação de **um (ou mais) Atestado(s), Certidão(ões) de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A), Certidão de Acervo Operacional (CAO) ou Declaração(ões)**, emitido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que não seja emitida pelo próprio licitante, que comprove(m) o desempenho do licitante de forma satisfatória na execução de objeto compatível com a parte de maior relevância e valor significativo do objeto desta contratação, sem nenhuma informação que o desabone, conforme requisitos mínimos de capacidade técnico operacional (quantidades mínimas dos itens listados na **Tabela 04** do Anteprojeto para Licitação).

II - Considera-se de maior relevância técnica e de valor significativo para o objeto da contratação os itens apresentados na **Tabela 04** abaixo:

SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS		EXIGÊNCIA TÉCNICA
PROJETO	Elaboração de Projeto básico e Executivo de Implantação e/ou Pavimentação de Rodovia em pavimento rígido de concreto de cimento Portland.	1 Certidão(ões) ou Atestado(s) ou Declaração(ões)
	Elaboração de projetos executivo de engenharia de obras de restauração de rodovias, através da técnica WHITETOPPING	1 Certidão(ões) ou Atestado(s) ou Declaração(ões)
	Elaboração de projetos executivo de engenharia de obras de Arte Especiais	1 Certidão(ões) ou Atestado(s) ou Declaração(ões)
SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS		QUANTIDADE MÍNIMA (*)
OBRA	Execução de terraplenagem, escavação, carga e transporte de material de 1ª e/ou 2ª e/ou 3ª categoria.	650.000,00 m³
	Execução de Base e/ou Sub-base de brita graduada para Pavimentação Rodoviária	31.600,00 m³
	Execução de Solo Cimento mistura em usina	87.000,00 m³
	Execução de Base e/ou Sub-base de concreto compactado a rolo Pavimentação Rodoviária	9.800,00 m³
	Execução de Pavimento Flexível Rodoviário, CBUQ ou Binder	17.900,00 t
	Execução de obras de duplicação em pavimento rígido de concreto de cimento Portland com pavimentadora de formas deslizantes executado em perímetro urbano	5,90 km / pista
	Execução de obras de restauração/recuperação de pavimento através da técnica WHITETOPPING com pavimentadora de formas deslizantes executado em perímetro urbano	5,90 km / pista
	Execução de pavimento de concreto de cimento portland fctmk = 4,5 mpa executado com pavimentadora	32.000,00 m³
	Execução de Obra de Arte Especial	8.600,00 m³ (área de tabuleiro)
	Execução de fundação em estaca raiz	6.000,00 m
	Execução de Tirante Permanente Protendido de aço D = 32 mm	14.000,00 m
	Execução de Lançamento de vigas pré-moldadas de concreto 50 a 75ton	48,00 un
	Execução de Obras de Contenção do tipo Terra Armada	16.400,00 m³
	Execução de Obras de Contenção do tipo Cortina Alirantada	7.180,00 m³ (área da face da contenção)

III - Para fins de comprovação, se não constante expressamente na CAT-A, o licitante poderá anexar outros documentos a fim de complementar o atendimento da exigência, que serão analisados pela comissão de contratação.

IV - Para o atendimento das quantidades mínimas para cada um dos serviços, não será permitida a somatória de atestados, certidões e/ou declarações de acervo técnico, exceto se executados concomitantemente, e que somados atinjam o quantitativo exigido.

V - **Justificativa para capacidade técnico-operacional:** as exigências de comprovação de capacidade técnico operacional da empresa têm por finalidade, igualmente às exigências de capacidade técnico-profissional, assegurar que a futura contratada detenha a expertise necessária para garantir a qualidade, a solidez e a segurança dos elementos de maior relevância técnica e valor significativo da obra. Considerando que o objeto licitado se trata de uma contratação integrada para a restauração e duplicação de uma via, regime no qual recai sobre a contratada a responsabilidade integral tanto pela elaboração dos projetos (básico e executivo) quanto pela execução das obras, a demonstração de experiência prévia torna-se condição indispensável para a mitigação dos riscos de engenharia inerentes ao empreendimento. Nesse contexto, a solicitação de atestados referentes à elaboração de projetos executivos de implantação e pavimentação em pavimento rígido, especificamente utilizando a técnica Whitetopping, bem como projetos de obras de arte especiais, justifica-se pela complexidade técnica destas soluções. O dimensionamento correto destas estruturas exige domínio

de cálculos específicos de aderência, modulação de placas e estabilidade global, sendo vitais para a longevidade da intervenção e para evitar patologias precoces decorrentes de falhas de projeto. Quanto à exigência de experiência na execução de pavimento de concreto de cimento portland executado com pavimentadora, fundamenta-se na necessidade de garantir alta resistência ao pavimento exigida pelo tráfego intenso da via, bem como assegurar a regularidade superficial e a produtividade que apenas o uso de equipamento mecanizado pode proporcionar. Da mesma forma, os requisitos relacionados à execução em contenção de terra armada, execução de tirante permanente de aço de 32mm e execução de obra de arte especial referem-se a etapas críticas de geotecnia e infraestrutura. Falhas na execução destes elementos representam riscos elevados à segurança viária e estrutural, demandando, portanto, comprovação de que a empresa já lidou com desafios técnicos de porte similar. Por fim, a execução de obras de arte especiais visam demonstrar a capacidade logística e operacional da licitante. A empresa deve comprovar aptidão para a mobilização simultânea de recursos materiais, equipamentos pesados e equipes especializadas em diversas frentes de trabalho, garantindo o cumprimento do cronograma físico-financeiro e a entrega de um objeto que atenda aos padrões normativos de desempenho e durabilidade.

VI - **Declaração formal emitida pela Licitante de que os equipamentos** necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria in loco pela Prefeitura Municipal de Maringá por ocasião da contratação e sempre que necessário.

VII - Deverá ser apresentada declaração de disponibilidade futura dos equipamentos exigidos abaixo, mediante apresentação de comprovação de posse dos equipamentos e/ou termo de compromisso de locação/cessão/doação emitida pelo proprietário do(s) equipamento(s):

Tabela 05 – Requisitos de Equipamentos para Execução da Obra

REQUISITOS DE EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
01	Pavimentadora de fôrmas deslizantes que atenda, comprovadamente, a largura mínima de 7,0m	unid.	1
02	Central(is) Dosadora(s) e Misturadora de Concreto - Mínimo de 120 m ³ /h	unid.	1

VIII -Deverão ser apresentados documentos que comprovem a largura mínima de execução das placas de concreto da(s) pavimentadora(s) e a capacidade efetiva da(s) central(is) dosadora(s) e misturadora(s) de concreto.

IX - **Justificativas para requisitos de equipamentos para execução da obra:** a exigência de comprovação de disponibilidade futura dos equipamentos tem por finalidade assegurar a plena exequibilidade do objeto contratual, considerando o porte, a complexidade técnica e o elevado nível de produtividade exigido para a execução das intervenções objeto deste Anteprojeto. Trata-se de empreendimento de grande extensão, com frentes de trabalho contínuas e cronograma físico rigoroso, o que impõe a necessidade de equipamentos específicos, de alta capacidade produtiva e compatíveis com as características técnicas do projeto. Nesse sentido, a pavimentadora de fôrmas deslizantes com largura mínima comprovada de 7,0 m é equipamento essencial para a execução do pavimento rígido, garantindo a adequada conformação geométrica da pista, a regularidade superficial, a homogeneidade do concreto e o controle tecnológico exigido para esse tipo de solução estrutural. A utilização desse equipamento é determinante para assegurar produtividade compatível com o volume de serviços previstos, reduzir a incidência de juntas longitudinais, minimizar interferências na operação viária e garantir padrões normativos de qualidade, durabilidade e desempenho estrutural, especialmente críticos em obras de tráfego intenso. Da mesma forma, a exigência de disponibilidade de central(is) dosadora(s) e misturadora(s) de concreto com capacidade mínima de 120 m³/h justifica-se pela necessidade técnica de fornecimento contínuo, homogêneo e controlado do concreto, em volume compatível com o ritmo de execução imposto pela pavimentadora de fôrmas deslizantes. A interrupção ou variação no fluxo de fornecimento pode comprometer a integridade estrutural do pavimento, ocasionando falhas de execução, juntas frias indesejáveis e prejuízos irreversíveis à qualidade final da obra. Assim, a capacidade mínima estabelecida assegura a sincronia entre produção, transporte, lançamento e acabamento, atendendo rigorosamente às especificações do projeto. Ressalta-se que a possibilidade de comprovação da disponibilidade por meio de posse direta ou mediante termo de compromisso de locação, cessão ou doação, emitido pelo respectivo proprietário, visa ampliar a competitividade do certame sem comprometer a segurança da contratação. Tal exigência não se caracteriza como restritiva, mas como medida de prudência administrativa destinada a garantir que a empresa vencedora disponha, no momento oportuno, dos meios materiais indispensáveis à execução do objeto, mitigando riscos de atraso, paralisação dos serviços ou inadequação técnica durante a execução contratual. Dessa forma, a exigência de disponibilidade futura dos equipamentos indicados demonstra-se diretamente vinculada à garantia da viabilidade técnica, da qualidade dos serviços e do cumprimento dos prazos, sendo plenamente proporcional ao vulto da obra e ao interesse público envolvido na contratação.

5.3.3. **Capacidade técnico - profissional:** -

I - Será demonstrada por meio da apresentação de **uma (ou mais) Certidão(ões) de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A)** do responsável técnico, expedida(s) pelo respectivo conselho profissional, que comprove sua experiência conforme requisitos mínimos de capacidade técnico-profissional (quantidades mínimas dos itens listados na Tabela 06 do Anteprojeto para Licitação).

II - **O profissional detentor do(s) atestado(s) apresentado(s) para os serviços requisitados deverá participar, obrigatoriamente, como responsável técnico principal pela execução da obra.** Cada profissional só poderá participar do processo licitatório, com seu acervo, por meio de um único licitante.

III - Considera-se de maior relevância técnica e de valor significativo para o objeto da contratação os itens apresentados na **Tabela 06 - Capacidade técnico profissional** abaixo:

PROJETO	SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS
	Elaboração de Projeto básico e Executivo de Implantação e/ou Pavimentação de Rodovia em pavimento rígido de concreto de cimento Portland.
	Elaboração de projetos executivo de engenharia de obras de restauração de rodovias, através da técnica WHITOTOPPING
	Elaboração de projetos executivo de engenharia de obras de Arte Especiais
OBRA	SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS
	Execução de terraplenagem, escavação, carga e transporte de material de 1ª e/ou 2ª e/ou 3ª categoria
	Execução de Base e/ou Sub-base de brita graduada para Pavimentação Rodoviária
	Execução de Solo Cimento mistura em usina
	Execução de Base e/ou Sub-base de concreto compactado a rolo Pavimentação Rodoviária
	Execução de Pavimento Flexível Rodoviário, CBUQ ou Binder
	Execução de obras de duplicação em pavimento rígido de concreto de cimento Portland com pavimentadora de formas deslizantes executado em perímetro urbano.
	Execução de obras de restauração/recuperação de pavimento através da técnica WHITOTOPPING com pavimentadora de formas deslizantes executado em perímetro urbano
	Execução de pavimento de concreto de cimento portland fctmk = 4,5 mpa executado com pavimentadora
	Execução de Obra de Arte Especial
	Execução de fundação em estaca raiz
	Execução de Tirante Permanente Profundido de aço D = 32 mm
	Execução de Lançamento de vigas pré-moldadas de concreto 60 a 75ton
	Execução de Obras de Contenção do tipo Terra Armada
	Execução de Obras de Contenção do tipo Cortina Altrantada

IV - Para fins de comprovação, se não constante expressamente na CAT-A, o licitante poderá anexar outros documentos a fim de complementar o atendimento da exigência, que serão analisados pela comissão de contratação.

V - **Para o atendimento das quantidades mínimas para cada um dos serviços, não será permitida a somatória de atestados, certidões e/ou declarações de acervo técnico, exceto se executados concomitantemente, e que somados atinjam o quantitativo exigido.**

VI - **Poderá ser atendido com 2 profissionais, sendo um de projetos e outro de execução de obras, desde que tenham todas as respectivas experiências, ou poderá ser indicado mais de dois profissionais, para atender todas as especialidades requeridas.**

VII - **Justificativa para capacidade técnico-profissional:** a exigência de comprovação de capacidade técnico-profissional tem por objetivo assegurar que a licitante disponha, em seu quadro permanente ou por meio de vínculo formalmente comprovado, de profissionais legalmente habilitados, com experiência técnica anterior e respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica compatíveis com a natureza, a complexidade, o vulto e os prazos do objeto licitado. Considerando que se trata de contratação integrada, modalidade em que a responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetos e pela execução das obras recai de forma integral sobre a contratada, a qualificação da equipe técnica assume papel central como elemento garantidor da segurança estrutural, da qualidade técnica, do desempenho funcional e da economicidade do empreendimento. A definição das parcelas adotadas para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional fundamentou-se exclusivamente em critérios de relevância técnica e valor significativo, em estrita observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Para tanto, foram identificados, a partir da Curva ABC do orçamento estimativo, os serviços que concentram maior representatividade financeira e que, isoladamente ou em conjunto, são determinantes para o custo global, o desempenho técnico e o êxito da obra. Nesse contexto, os serviços relacionados à execução de pavimento de concreto de cimento portland, à execução em sistemas de contenção e à execução de tirantes permanentes configuram-se como parcelas de maior impacto econômico e técnico da planilha orçamentária. A exigência de experiência profissional específica nesses itens mostra-se indispensável para assegurar a adequada gestão dos recursos públicos de maior vulto, bem como para garantir que os profissionais responsáveis possuam vivência comprovada na condução de obras de elevada complexidade técnica e logística, envolvendo fornecimento de materiais, controle tecnológico rigoroso e coordenação de frentes simultâneas de trabalho. Sob o aspecto estritamente técnico, a execução de pavimento rígido de concreto de alto desempenho, com resistência característica à tração na flexão ($F_{ctmk} \geq 4,5 \text{ MPa}$) e utilização de pavimentadora de fôrmas deslizantes, demanda responsável técnico com domínio consolidado sobre o dimensionamento estrutural do pavimento, o controle do traço e da qualidade do concreto, os procedimentos de lançamento, acabamento e cura, bem como a operação de equipamentos mecanizados de alta precisão. A ausência de experiência comprovada nessas atividades eleva significativamente o risco de patologias precoces, comprometendo a durabilidade e a vida útil da infraestrutura viária. De modo análogo, a execução de sistemas de contenção e de tirantes permanentes envolve riscos geotécnicos relevantes, exigindo conhecimento prático e experiência comprovada em estabilidade de taludes, interação solo-estrutura, sistemas de ancoragem e controle executivo, aspectos diretamente relacionados à segurança das obras e dos usuários da via. Por fim, em razão das características próprias da contratação integrada, torna-se imprescindível que o corpo técnico da licitante possua experiência comprovada também na elaboração de projetos executivos de pavimentação rígida — incluindo a técnica de whitetopping —, de obras de arte especiais e de sistemas de contenção. A atividade de projeto exige competências específicas, distintas da execução, envolvendo a correta concepção estrutural, o dimensionamento das soluções técnicas, a análise de esforços, a compatibilização entre disciplinas e a mitigação de riscos técnicos ainda na fase de concepção, evitando falhas que possam resultar em ineficiências, retrabalhos ou comprometimento da segurança viária. Dessa forma, as exigências de capacidade técnico-profissional estabelecidas revelam-se estritamente proporcionais à complexidade, ao vulto e aos riscos inerentes ao objeto, limitando-se às parcelas efetivamente relevantes e essenciais ao sucesso do empreendimento, e mostrando-se plenamente justificadas como instrumento de garantia da adequada condução técnica do contrato e da proteção do interesse público. #RMAP #RAEP

5.3.4. **Comprovação de disponibilidade:**

I - A comprovação de disponibilidade de profissional habilitado para a execução dos trabalhos referidos na comprovação de capacidade técnico-profissional será mediante a apresentação de **um dos documentos abaixo**:

- Vínculo trabalhista (Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e Ficha de Empregado), em sendo o profissional empregado do licitante;
- Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;
- Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante, tendo vigência de no mínimo **06 (seis) meses** a contar da data de entrega da proposta;
- DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE TÉCNICA** pelo licitante com a anuência formal do profissional, conforme modelo disponibilizado no edital de licitação. A declaração deverá ser individual, aceitando a participação no processo licitatório, especificando a participação na execução do objeto e ter firma reconhecida do profissional. #CDDI

5.3.5. **Visita técnica:**

I - Com o intuito que tenham pleno conhecimento das condições locais e do grau de dificuldade em que será realizado o objeto da licitação, bem como o conhecimento e avaliação das peculiaridades relativas aos serviços a serem desenvolvidos, recomenda-se que os licitantes realizem visita técnica no local da obra.

II - A visita deverá ser realizada por quem possua conhecimento técnico suficiente para tal incumbência, acompanhado por engenheiro ou arquiteto da Secretaria Municipal de Obras Públicas da Prefeitura do Município de Maringá, para agendamento deverá ser aberto o tipo processual no SEI: "**Obras Públicas: Visita Técnica para Licitação**" e preenchido o "**Formulário de Solicitação de Visita Técnica**".

III - O Atestado de Visita Técnica será disponibilizado no mesmo processo SEI, em até **02 (dois) dias úteis** após a realização da visita.

IV - O prazo máximo para realização da visita é de **03 (três) dias úteis** antes da abertura da licitação.

V - Se realizada visita técnica pela proponente, essa deverá apresentar o **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA** junto da documentação de qualificação técnica. Caso a proponente opte por não realizar a visita, poderá substituir o Atestado de Visita Técnica citado anteriormente, por **DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**, conforme modelo disponibilizado no edital de licitação, de que conhece as condições locais em que será realizada a obra, bem como todas as peculiaridades, assumindo a responsabilidade por eventual erro em sua proposta decorrente da falta de visita ao local. #VITE

5.3.6. Requisitos previsto em lei especial não #RPLE

5.4. **Qualificação econômico-financeira:** As exigências apresentadas a seguir foram retiradas do documento **JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**. #JQEF

5.4.1. **Certidão negativa de falência expedida:** I - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor judicial da sede do Licitante, com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para a abertura da licitação. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei Federal no 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação. #CNFA.

5.5. **Balanco Patrimonial:**

I - Balanco Patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando-se como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP - DI, publicada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou outro indicador que o venha substituir. As demonstrações devem ser assinadas por contador habilitado e pelo proprietário da empresa. Empresas constituídas há menos de dois anos apresentarão as demonstrações relativas ao último exercício, já as empresas recém criadas poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

II - O Balanco Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanco Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário" contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil. As demonstrações contábeis deverão estar autenticadas via Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos ou ainda via SPED (Sistema Público de Escrituração Digital). #ICPL

5.6. **Capital Circulante Líquido Mínimo a ser atendido nos 02 (dois) últimos balanços** #CCL:I -

I - Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL), apurado no último Balanco Patrimonial apresentado, em valor igual ou superior à soma dos 02 (dois) primeiros meses do cronograma físico-financeiro proposto pela licitante.

a) A comprovação se dará mediante a aplicação da seguinte fórmula no Balanco Patrimonial:
CCL = Ativo Circulante – Passivo Circulante

b) O valor a ser comprovado será calculado com base no cronograma físico-financeiro apresentado na proposta da licitante, conforme item 4.6.

5.7. **Índices contábeis a serem atendidos nos 02 (dois) últimos balanços** : #ICUB

I - Apresentação do índice de liquidez geral (ILG), índice de liquidez corrente (ILC), grau de endividamento (GE), conforme especificado no documento supracitado.

a) A proponente deverá apresentar Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,0 (um inteiro), Liquidez Corrente igual ou superior a 1,0 (um inteiro) e Grau de Endividamento igual ou inferior a 1,0 (um inteiro).

b) A disponibilidade financeira operacional será declarada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, devidamente assinados pelo contador da empresa, conforme modelo de **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA** disponibilizado no edital de licitação. Apresentação do índice de liquidez geral (ILG), índice de liquidez corrente (ILC), grau de endividamento (GE), valor patrimonial (VP) e disponibilidade financeira operacional, conforme especificado no documento supracitado.

5.7.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.7.2. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

5.8. **Percentual mínimo do patrimônio líquido:** #CSPL

I - Apresentar a comprovação de possuir Patrimônio Líquido mínimo equivalente a **10% (dez por cento)** do valor máximo estimado da contratação, mediante apresentação de Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais.

II - Conforme estabelecido no §1º e §2º do art. 15 da Lei Federal no 14.133/2021, as licitantes na forma de consórcio deverão comprovar o patrimônio líquido acrescido de 30% com relação ao exigido da licitante individual, apresentado no item 4.10.1.5 do Anteprojeto para Licitação, sendo que tal exigência não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas. #PPCO

5.9. **Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.**

5.10. **As demais DECLARAÇÕES listadas nos Anexos (abaixo), integrantes deste Edital, deverão ser entregues juntamente com os documentos de habilitação.**

6. **INFRAÇÕES E PENALIDADES NO CERTAME** #IPCE

6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos.

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%

	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%

6.2. Pelas infrações administrativas de:

6.2.1. Deixar de entregar documentação exigida para o certame;

6.2.2. Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e

6.2.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.3. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.4. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

7. INFORMAÇÕES GERAIS

7.1. [Definições](#)

7.2. [Condições de julgamento de propostas e habilitação](#)

7.3. [Critérios de desempate](#)

7.4. [Negociação](#)

7.5. [Recursos e contrarrazões](#)

7.6. [Adjudicação e homologação](#)

7.7. [Disposições gerais](#)

7.8. Nossos canais de atendimento: (44) 3127-7100.

7.9. Onde estamos: Av. Rebouças, 200 - Zona 10, CEP: 87030-410 Maringá/PR.

7.10. **Compete ao licitante, até a adjudicação e homologação, acompanhar as operações na respectiva Plataforma de processamento do certame (<http://comprasnet.gov.br/>), sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negociações diante da inobservância de qualquer convocação/mensagem enviada, solicitada ou emitida pelo Sistema ou de sua própria desconexão.**

7.11. **As demais comunicações entre a Administração e os licitantes dar-se-ão oficialmente através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>).**

7.12. Quem são os responsáveis pelo certame:

7.12.1. Autoridade máxima da unidade demandante: Roberto Petrucci Junior - Secretário Municipal de Obras Públicas. #RESP _ _ _

7.12.2. Agente de contratação/Comissão de Contratação/Pregoeiro:

7.12.2.1. A comissão de contratação será nomeada por meio de Portaria integrante do processo licitatório (Processo SEI nº [01.20.00012918/2026.05](#)), conforme membros indicados na **Tabela 14** do Anteprojeto para Licitação, enquanto a Equipe de Apoio será composta pela Unidade Técnica de Análise da SEMOP (UTA-UT), conforme disposições da [Portaria nº 44/2022-SECSEMOP](#), de 06 de setembro de 2022; da [Portaria nº 51/2022-SECSEMOP](#), de 30 de novembro de 2022; e da [Portaria nº 55/2022-SECSEMOP](#), de 20 de dezembro de 2022.

Tabela 14 – Comissão de contratação

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA	SECRETARIA	UNIDADE ADMINISTRATIVA NO SEI	RAMAL
Presidente	Camila de Carvalho	Agente Administrativo	35708	SEMOP	GAAC	1112
Suplente Presidente	Claudia Patricia Perissatto Kubota	Assistente Administrativo	36174	SEMOP	GAAC	1105
Membro SEMOP	Paulo Eduardo Obadovski Alves	Engenheiro civil	45087	SEMOP	GFOP	1139

Membro SEMOP	Eliane Kamimura	Engenheira civil	32142	SEMOP	GINFR	1159
--------------	-----------------	------------------	-------	-------	-------	------

Tabela 15 - Gestão do contrato

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA	SECRETARIA	UNIDADE ADMINISTRATIVA NO SEI	RAMAL
Titular	Eduardo Luis Gerhardt	Agente Administrativo	44857	SEMOP	GRADM	1104
Suplente	Erik João Castro Borella	Auxiliar Administrativo	20697	SEMOP	GRADM	1106

Tabela 16 - Fiscalização do contrato

ETAPA	FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA	SECRETARIA	UNIDADE ADMINISTRATIVA NO SEI	RAMAL
Etapa de projetos	Titular	Luiz Antonio Martins Filho	Engenheiro civil	43627	SEMOP	GINFR	1160
	Suplente	Valdir Ribeiro Junior	Diretor de Projetos de Obras Públicas	41889	SEMOP	DPOP	1128
Etapa de obra	Titular	Rubens Cruz Lessa	Engenheiro civil	35717	SEMOP	GFOP	1125
	Suplente	Marcos Mitsuo Miura	Engenheiro civil	35716	SEMOP	GFOP	1140

- 7.13. Normas de regência:. Deverão ser observadas as diretrizes e disposições do Convênio no 096/2025 - SEIL, celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Logística - SEIL e o Município de Maringá, com a interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.
- 7.14. Havendo divergências entre o Edital e outros documentos anexos integrantes deste, como o Anteprojeto, prevalecerá o estabelecido em Edital.
- 7.15. São anexos deste edital:

I - Especificações do objeto

II - Estudo Técnico Preliminar

III - Anteprojeto (TR incluso no conteúdo)

IV - Minuta de Contrato

V - Modelo da proposta

VI - Modelo de Declaração de Regime Tributário/Folha de Pagamento/Data-base do Sindicato.

VII - Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Capacidade Operacional Financeira

VIII -Modelo de Declaração de Disponibilidade Técnica

IX - Modelo de Declaração de Não Realização de Visita Técnica

X - Declaração de Enquadramento de Contrato

Maringá - PR, 13 de fevereiro de 2026.

Silvio Magalhães Barros II
Prefeito do Município de Maringá

Tiago Renan Barros
Secretário Municipal de Governo

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

8. DEFINIÇÃO DO OBJETO

8.1. Contratação integrada de empresa especializada para elaboração de projeto básico e executivo e execução das obras de Restauração e Duplicação da Avenida Prefeito Sincler Sambatti (Contorno Sul de Maringá) em pavimento rígido, utilizando a técnica de Whitetopping para a restauração do pavimento flexível existente. Os serviços abrangem elaboração de projetos básicos, projetos executivos, aprovações, documentação relacionada e execução da obra, conforme documentos citados no item 9.3 - Anexos do Anteprojeto para Licitação . De acordo com o § 3o do art. 46 da Lei Federal no 14.133/2021, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico .#OBJC

Tabela 01 - Tabela Resumo

NOME DA OBRA	Restauração e duplicação da Avenida Prefeito Sincler Sambatti (Contorno Sul de Maringá) em pavimento rígido
--------------	---

INTERVENÇÃO	Etapas de projetos: Projeto - Construção - Pavimentação - Outros - Malha Viária Urbana Projeto - Construção - Pavimentação - Outros - Obra de Arte Especial Etapas de obra: Execução de Obra - Construção - Pavimentação - Malha Viária Urbana Execução de Obra - Construção - Pavimentação - Obra de Arte Especial			
	CATSER: Etapas de projetos: Grupo 833 - Serviço 20060 Elaboração / Análise Projeto - Engenharia Etapas de obra (principal): Grupo 545 - Serviço 1392 - Obras Cíveis de Pavimentação de Concreto			
OBJETO	Elaboração de projeto básico e executivo e execução das obras de restauração e duplicação da Avenida Prefeito Sincler Sambatti (Contorno Sul de Maringá) em pavimento rígido, utilizando a técnica de Whitetopping para a restauração do pavimento flexível existente.			
DIMENSÕES BÁSICAS DE PROJETO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	
	Extensão das vias	11,80	km	
	Pavimento flexível	134.968,81	m2	
	Pavimento rígido	285.603,01	m2	
LOCALIZAÇÃO DA OBRA	Trecho	Entroncamento com PR-317 - Interseção com BR-376 (Av. Colombo)		
	Coordenadas	OPP 399.302,29 m E – 7.406.198,34 m N PF 409.104.65 m E – 7.408.538,88 m N		
	Código da via	1194		
	CD-Bem	610002993		
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA E DADOS PARA EMPENHO	RUBRICA	OBSERVAÇÃO	VALOR	
	20.010.15.451.0014.1.014.4.4.90.51.00.00	Recurso Estadual Convênio SEIL nº 096/2025 Fonte de Recurso: 1397	R\$ 449.551.145,88	
	Total (R\$):		R\$ 449.551.145,88	
FORMA DE PAGAMENTO	Em parcelas mensais, conforme medições apresentadas			
PRAZO DE EXECUÇÃO	Etapas de projetos: 150 dias (5 meses)			
	Etapas de obra: 930 dias (31 meses)			
	Total: 1080 dias (36 meses)			
PRAZO DE VIGÊNCIA	1260 dias (42 meses)			
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	DESIGNAÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
	Gestor	Eduardo Luis Gerhardt	Agente Administrativo	44857
	Suplente	Erik João Castro Borella	Auxiliar Administrativo	20697
	Etapas de projetos - Fiscal	Luiz Antônio Martins Filho	Engenheiro Civil	43627
	Suplente	Valdir Ribeiro Junior	Diretor de Projetos de Obras Públicas	41889
	Etapas de obra - Fiscal	Rubens Cruz Lessa	Engenheiro civil	35717
	Suplente	Marcos Mitsuo Miura	Engenheiro civil	35716
ANEXOS DO ANTEPROJETO PARA LICITAÇÃO	Anexo A - Diretrizes de Projetos			
	1. Matriz de Entregáveis de Infraestrutura - SEMOP (SEI nº 7945884) e (SEI nº 7945887)			
	2. Especificações para Apresentação de Projetos Viários - Anexo A1 - DER/PR (SEI nº 7875092)			
	3. Manual de Contratação de Projetos R00 - v1 (SEI nº 7880176);			
	Anexo B - Documentos			
	1. Anexo 00 - ART e TRT (SEI nº 7832682)			
	2. Levantamento Planialtimétrico e Cadastral - Aerofotogrametria - (SEI nº 7831323);			
	3. Ensaios de Sondagens - (SEI nº 7830488);			
	4. Projeto recebidos (SEI nº 7830551)			
	5. Aprovações e Licenciamentos Projetos (SEI nº 7831530)			
	6. Outros Documentos Aplicáveis (SEI nº 7830791)			
	7. Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 7848617)			
	8. Ata da Audiência Pública (SEI nº 7848629)			
	9. Matriz de Riscos (SEI nº 7859813)			
10. Cronograma de entregas de projetos (SEI nº 7870820), (SEI nº 7870823) e (SEI nº 7868881)				
11. Critérios de inovação - Obrigações de meio e de resultado (SEI nº 7842896)				
12. Termo de Convênio 096/2025-SEIL (SEI nº 7862799)				
13. Plano de Trabalho - R03 (SEI nº 7862801)				
Anexo C - Anteprojetos				

1. Anteprojeto Geométrico - (SEI nº 7837739) e (SEI nº 7837728); 2. Anteprojeto de Terraplenagem - (SEI nº 7844577); 3. Anteprojeto Estrutural - (SEI nº 7830782); 4. Anteprojeto de Drenagem - (SEI nº 7844553); 5. Anteprojeto de Pavimentação - (SEI nº 7844578); 6. Anteprojeto de Sinalização Viária e Acessibilidade - (SEI nº 7844587); 7. Anteprojeto de Calçadas e Acessibilidade - (SEI nº 7831853); 8. Memorial descritivo - (SEI nº 7832949). 9. Links - Anteprojeto Editáveis - https://sisweb.maringa.pr.gov.br/contornosul/
Anexo D - Orçamento
1. Planilha orçamentária e Anexos - (SEI nº 7875125)
Os anteprojeto e documentos relacionados acima podem ser consultados por meio dos respectivos links, sob os nomes dos arquivos, ou ainda, por meio do link indicado a seguir: https://tinyurl.com/223xpa9z

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OBJETO) E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor máximo da contratação é de **R\$ 449.551.145,88** (quatrocentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e um mil cento e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). O orçamento detalhado, bem como memoriais e justificativas de cálculo para o quantitativo final, composições e demais itens pertinentes estão organizados no **Anexo D – Orçamento (SEI nº 7875125)** do Anteprojeto para Licitação. #VETC

9.2. O objeto deverá ser executado conforme especificações e quantidades apresentadas na documentação anexa ao Anteprojeto para Licitação, conforme **item 9.3 - Anexos do Anteprojeto para Licitação #EQSO**

9.3. O início da execução dos serviços estará condicionado à emissão da respectiva Ordem de Serviço, devendo seguir todo procedimento previsto no Anteprojeto item 3.2 SEI nº 7945774. #PIEO _ _ _

9.3.1. O prazo de execução será de **1.080 (mil e oitenta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço, sendo os seguintes:

9.3.1.1. Etapa de projetos: **150 (cento e cinquenta) dias corridos**;

9.3.1.2. Etapa de obra: **930 (novecentos e trinta) dias corridos**.

9.3.2. O prazo de execução caracteriza a entrega dos serviços totalmente aprovados pela fiscalização, desta forma qualquer correção deverá ser feita dentro do prazo de execução. #PEEO

9.4. **Cronograma para execução #CRON**

9.4.1. O cronograma para entrega e pagamentos da **etapa de projetos** está contido no **Cronograma de entregas de projetos (SEI nº 7870820), (SEI nº 7870823) e (SEI nº 7868881)** do Anteprojeto para Licitação, apresentada a seguir. Deverão ser observadas as condições de execução do objeto apresentadas no **item 3.8 - Disposições quanto à entrega e análise - Etapa de projetos** do Anteprojeto para Licitação.

9.4.2. O cronograma da **etapa de obra** está contido no **item 9.3.4 - Anexo D – Orçamento (SEI nº 7875125)** do Anteprojeto para Licitação.

9.4.3. A fiscalização deverá exercer controle rigoroso sobre o cronograma físico-financeiro, aprovando eventuais ajustes que ocorram durante o desenvolvimento dos trabalhos, mantendo-se o prazo final de execução. . #CRON

9.5. O prazo de vigência será de **1.260 (mil duzentos e sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). #PVC0

9.6. **Prorrogações:**

9.6.1. Toda solicitação de prorrogação de prazo de execução deverá ser efetivada no período de execução do contrato, e ser previamente autorizada pelo contratante.

9.6.2. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, não imputado às partes, o prazo de execução será prorrogado automaticamente por igual período.

9.6.3. No caso de prorrogação de prazo de execução, deverá ser elaborado novo cronograma físico-financeiro pelo contratado, com as alterações necessárias, incluindo-se as parcelas faturadas e a faturar, a fim de ser submetido à aprovação pelo contratante. Deverá ser apresentada a justificativa e a autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, além de ser formalizada nos autos do processo administrativo.

9.6.4. A prorrogação de vigência contratual será admitida nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, visto que trata-se de contratação por escopo, cujos prazos de vigência poderão ser automaticamente prorrogados até a conclusão do objeto, desde que não tenha havido culpa do contratado e que a Administração reconheça a necessidade de prorrogação para o cumprimento integral das obrigações assumidas. A prorrogação ocorrerá mediante justificativa formal e registro nos autos do processo administrativo, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a vinculação ao projeto aprovado e à dotação orçamentária vigente. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

9.6.4.1. O contratado será constituído em mora, aplicando-se as respectivas sanções administrativas;

9.6.4.2. A Administração poderá optar pela extinção do contrato mas somente após adotar todas as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual. #PROR

9.7. **Local de entrega ou execução #LEEX**

9.7.1. A obra pretendida será executada no Município de Maringá, Estado do Paraná, conforme localização da Figura 01 do Anteprojeto para Licitação, no endereço: Avenida Prefeito Sincler Sambatti – interseção com a rodovia PR-317 até a interseção com a BR-376 (Avenida Colombo), totalizando aproximadamente 11,80 km.

9.7.2. **Código da via:** 1194

9.7.3. **CD-Bem:** 610002993

9.7.4. **Tipo e classificação de intervenção e tipo e classificação obra**

9.7.4.1. **Etapa de projetos:**

Projeto - Construção - Pavimentação - Outros - Malha Viária Urbana

Projeto - Construção - Pavimentação - Outros - Obra de Arte Especial

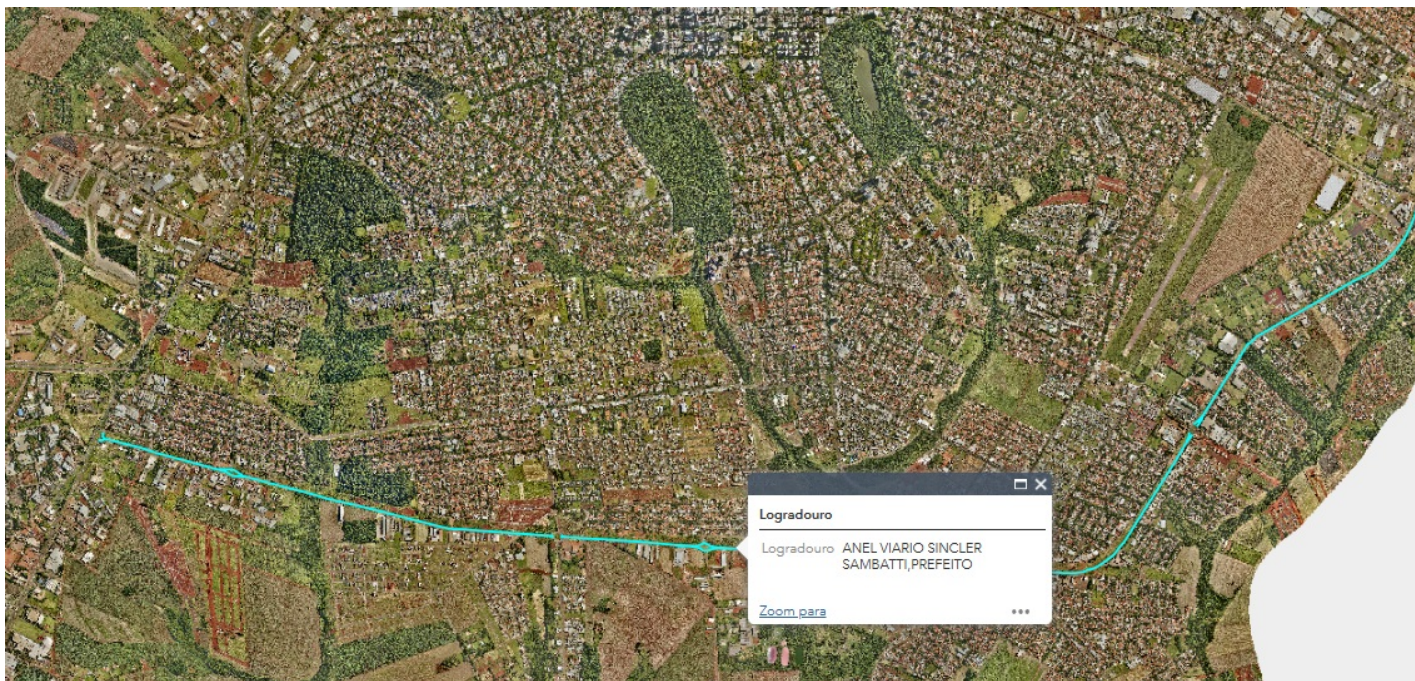
9.7.4.2. Etapa de obra:

Execução de Obra - Construção - Pavimentação - Malha Viária Urbana
Execução de Obra - Construção - Pavimentação - Obra de Arte Especial

9.7.4.3. CATSER:

- a) **Etapa de projetos:** Grupo 833 - Serviço 20060 Elaboração / Análise Projeto - Engenharia
- b) **Etapa de obra (principal):** Grupo 545 - Serviço 1392 - Obras Civis de Pavimentação de Concreto

Figura 01 - Localização da intervenção (Fonte: [Portal GeoMaringá](#) - Ortofoto 2021)



9.7.5. **Áreas da intervenção:** Conforme indicado na **Tabela 02** do Anteprojeto para Licitação:

Tabela 02 – Quantitativos da intervenção

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
Extensão das vias	11,80	km
Pavimento flexível	134.968,81	m2
Pavimento rígido	285.603,01	m2

Garantia exigida do objeto: A empresa contratada deverá prestar, sem quaisquer ônus para o Município, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no objeto, sempre que a ela imputáveis, mesmo após o encerramento do contrato, observando a legislação aplicável. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos**, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.. #GEOB

9.8. Condições de manutenção: Não se aplica neste caso #CMAN

9.9. Condições de assistência técnica: Não se aplica neste caso #CATE _ _ _

9.10. Deverão ser atendidas as seguintes normas específicas de descarte: Não. #ENED

9.11. Deverão ser tomadas as providências listadas conforme item 14 - Providências gerais do Anteprojeto para Licitação #RPCO _ _ _

10. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. Garantia financeira do contrato: #PGFC

I - Será exigida a prestação de garantia financeira do contrato no percentual de 30% (trinta por cento) do valor do contrato. II - A garantia deverá ser prestada em qualquer das modalidades relacionadas no § 1º do art. 96 da Lei Federal no 14.133, de 1o de abril de 2021, após a assinatura do contrato e em até 10 (dez) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço, exceto no caso da modalidade "seguro - garantia com cláusula de retomada", no qual o prazo para apresentação será de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior a assinatura do contrato. III - Caso o licitante vencedor apresente proposta inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado para a contratação, será exigida garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme § 5º do art. 59 da Lei Federal no 14.133, de 1o de abril de 2021. O seguro de cláusula de retomada está expressamente previsto na minuta do contrato SEI nº 7946491, devendo o licitante realizar a leitura.

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Link: [\(SEI nº 7848617\)](#)

ANEXO III

ANTEPROJETO BÁSICO (TERMO DE REFERÊNCIA)

Link: [\(SEI nº 7945774\)](#)

**ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO**

Link: [\(SEI nº 7946491\)](#)

**ANEXO V
MODELO DA PROPOSTA**

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 7845339\)](#)

**ANEXO VI
MATRIZ DE RISCOS**

Link: [\(SEI nº 7859813\)](#)

**ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO/FOLHA DE PAGAMENTO/DATA-BASE DO SINDICATO**

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 7847243\)](#)

**ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA**

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 7854738\)](#)

**ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE TÉCNICA**

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 7844997\)](#)

**ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 7849103\)](#)

**ANEXO XI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE ENQUADRAMENTO DE CONTRATO**

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 7849805\)](#)

**ANEXO XII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO PATRIMONIAL**

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 7850286\)](#)